

O SÉCULO XIX NA AMAZÔNIA: A CABANAGEM E O ENFRAQUECIMENTO DA LÍNGUA GERAL

Como sabemos, a Amazônia brasileira, desde o século XVI, não fazia parte do Brasil, mas era uma colônia separada dele, o *Maranhão e Grão-Pará*. Somente com a Independência é que a Amazônia se incorporou ao Brasil. Contudo, seu isolamento era muito grande e havia resistência à administração centralizada no Rio de Janeiro. As elites da terra tinham pretensões de maior autonomia política e, até mesmo eram hostis à ideia de se separarem de Portugal. A vinda da família real para o Brasil, em 1808, teve pouca influência sobre o norte do Brasil, com forte presença de portugueses na administração pública, no exército, na marinha e na vida econômica da região. Assim, a incorporação da região norte ao Brasil não se faria sem traumas.

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831 e sua partida para Portugal, o Brasil foi governado por regentes, por não poder assumir o trono do Brasil D. Pedro de Alcântara, que contava apenas cinco anos de idade. Segundo a Constituição de 1824, nessas circunstâncias o Senado do Império e a Câmara dos Deputados deveriam eleger uma Regência composta de três membros, o que foi feito. Em 1834, por meio de um Ato Adicional feito à Constituição, o poder moderador ficava em mãos de um só regente.

Esses 9 anos em que o Brasil foi governado por regentes foi um dos mais agitados de nossa história, época de verdadeiro caos político, principalmente pelo anseio de maior autonomia das províncias, designação antiga para os atuais estados brasileiros. Algumas tinham fortes tendências federalistas e até separatistas. A República chegou a ser proclamada, por exemplo, na Bahia (com um movimento revolucionário conhecido como *Sabinada*, entre 1837 e 1838) e no Rio Grande do Sul (durante a Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845).

Na província do Grão Pará e Rio Negro, a mesma agitação política aconteceria. Em 16 de junho de 1831 chega a Belém Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana, recém-nomeado presidente daquela província.

O governo do Visconde de Goiana duraria somente poucas semanas. Ele tomou, logo de início, medidas que contrariavam interesses da classe privilegiada, reunida em torno do chamado partido *Caramuru*. Uma parte dele era contrária à ideia de aquela província do Norte separar-se de Portugal. Já os adeptos da independência e da união ao Brasil eram comandados pelo cônego Batista Campos, que passou a comandar o partido conhecido por *Filantrópico*. Foi a ele que o Visconde de Goiana uniu-se quando chegou a Belém.

Logo de início, o presidente da província (o correspondente a um governador de estado, em nossos dias) coibiu o trabalho escravo de índios destribalizados. Os proprietários ricos passam a tramar um golpe. Este vem em 7 de agosto, quando o Visconde de Goiana é deposto e o cônego foi preso com muita violência. Levado à prisão, o cônego conseguiu fugir e passou a comandar uma revolta, que passou a ter o apoio das classes pobres. As massas populares começam a tomar as ruas para protestar contra os conservadores golpistas. Estes põem na presidência da província o médico Marcelino Cardoso, que tenta controlar a agitação social que começava a acontecer e a ganhar adeptos no Exército.

Em 12 de abril de 1832, a tropa sediada na Barra do Rio Negro (a atual Manaus) se rebela, mata seu comandante e, com o apoio da sociedade civil, decide separar a comarca do Rio Negro da Província do Pará e de seu governo. De Belém são enviadas forças militares para sufocar a rebelião no Rio Negro e restaurar a ordem. Mas a agitação se espalharia por dezenas de vilas e povoados da Amazônia. Na missão de Maués, por exemplo, os índios matam todos os brancos e organizam um foco de resistência.

O novo presidente da província do Grão-Pará e Rio Negro, Bernardo Lobo de Sousa, que assume o governo no final de 1833, anistia todos os que estavam presos por revoltas contra o governo. O cônego Batista Campos reaparece e comanda a oposição.

Lobo de Sousa, buscando reorganizar o Exército e a Marinha naquela província, recruta elementos das classes baixas, mamelucos e cafuzos. Ele inadvertidamente armava os estratos mais pobres da sociedade, já bastante insatisfeitos com o rumo dos acontecimentos. As Forças Armadas no Norte se enchem de falantes da língua geral e de mestiços ressentidos com séculos de exploração e domínio de brancos e portugueses.

O presidente da província, pertencente à Maçonaria, indispõe-se com a Igreja. O bispo D. Romualdo Coelho passa a atacar o governo e, em 1834, dirige carta pastoral condenando os maçons. Temendo sua prisão, o bispo foge de Belém para Cametá. O cônego Batista Campos, que o apoiava, também foge para não ser preso. O destacamento militar enviado para prender o cônego é atacado na floresta por homens rebeldes, sob o comando de João Vinagre, grupo constituído de caboclos, quilombolas e gente muito pobre, ressentidos inclusive com a perseguição que a Igreja estava sofrendo.

De seu esconderijo, o cônego Batista Campos comanda uma guerra que começava. Mas logo ele faleceria, vitimado pela vida errante que levava, escondido do governo nas matas do Pará. No entanto, outros líderes iriam levar avante o movimento.

Assim, em janeiro de 1835, João Vinagre e seus homens atacam Belém. Depõem e matam Lobo de Sousa e trucidam dezenas de portugueses. Inicia-se a *Cabanagem*, um dos maiores movimentos populares da história do Brasil. Os *cabanos*, nome dado aos seus combatentes pobres que moravam em cabanas, estavam

no poder. Era o triunfo da língua geral sobre o português, dos caboclos sobre os brancos, dos brasileiros sobre os reinóis, das massas pobres sobre os proprietários ricos. A língua geral foi usada durante a Cabanagem como o instrumento de comunicação entre os revoltosos, oriundos, em geral, das classes pobres, para que não fossem compreendidos pelas tropas enviadas de outras partes do Brasil pelo governo regencial.

Em 21 de fevereiro, o sedicioso Francisco Vinagre é derrubado pelas forças militares mandadas pelo governo regencial. No entanto, do outro lado da Baía do Guajará, Eduardo Angelim reuniu cerca de três mil homens e atacou Belém, em 14 de agosto de 1835, derrotando as forças fiéis ao governo regencial. Ele foi, então, aclamado pelos cabanos presidente da província.

A partir disso a Cabanagem espalhou-se pela Amazônia. Em 6 de março de 1836, a Barra do Rio Negro (a atual Manaus) foi tomada pelos cabanos, comandados pelo caboclo Maparatuba. Segundo Rego Reis¹, a Cabanagem notabilizou-se pela *“efetiva e dominante participação das massas; a ascensão de líderes dos mais baixos estratos da sociedade; a violência sem freios da rebelião e pela escala que a insurreição conseguiu, tomando o poder e mantendo-o por um tempo considerável”*.

Os cabanos, porém, não tinham um projeto político consistente, nem um ideário revolucionário: não aboliram a escravidão nem proclamaram a independência do Grão-Pará e Rio Negro. Era mais uma explosão de sentimentos das massas pobres, exploradas durante séculos, porém não canalizados para a consecução de transformações econômicas e sociais que pudessem melhorar a vida dos mais desfavorecidos.

Assim, em abril de 1836, os cabanos foram atacados por tropas imperiais. Belém e Barra do Rio Negro são retomadas. Eduardo Angelim foge e inicia-se grande perseguição aos cabanos em muitas partes da Amazônia, com grande violência por parte dos legalistas, havendo milhares de mortes daqueles. A repressão duraria três anos, com forte resistência dos rebeldes em vários lugares. Em 1839, para poder por fim ao movimento, o governo regencial resolve anistiar todos os participantes da Cabanagem.

Trinta mil caboclos e índios destribalizados morreram durante aquela insurreição, um quinto da população da província. A língua geral perdeu, assim, milhares de falantes, recebendo seu segundo golpe, após as perseguições de Pombal, no século XVIII.

¹ Reis, Gustavo Morais Rego, *A Cabanagem*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.